



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS N. 02/2018 – CJF

PROCESSO N. CJF-ADM-2017/00239.02

PREGÃO ELETRÔNICO N.23/2017 - CJF

| DADOS DA EMPRESA | |
|--|------------------------------------|
| DETENTORA: IPÊ PAPEIS EIRELI EPP | |
| CNPJ/MF: 26.221.498/0001-96 | |
| ENDEREÇO: SHC/SW CLSW 101, bloco A, sala 155, Ed. Multicenter, Sudoeste, Brasília – DF. CEP: 70.670-501 | |
| TELEFONE: (61) 3344-3871 | Contato CJF: Ludmila Guedes |
| E-MAIL: ipepapeis@dfpapeis.com.br | |
| SIGNATÁRIO EMPRESA: LUCIANA LIMA GIESELER – Titular-Administradora | |
| SIGNATÁRIO CJF: EVA MARIA FERREIRA BARROS - Diretora-Geral | |

| DADOS DA ATA |
|--|
| OBJETO: Registro de preço para eventual fornecimento de materiais gráficos: papéis, (lote 04) |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8. 538/2015, Decreto n. 5.450/2005, Decreto n. 7.892/2013, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei n. 8.666/1993 e alterações, e a Lei n. 12.846/2013 e, em conformidade com as informações constantes do Processo n. CJF-ADM-2017/00239. |
| VIGÊNCIA: 25 / 03 / 2018 a 24/04/2019 |
| VALOR DA ATA: R\$ 138.529,55 |
| UNIDADE FISCALIZADORA: SAD-SUSED- Seção de Serviços Gráficos |
| OBSERVAÇÕES: a) Vigência 12 meses a partir da assinatura |



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2018 - CJF

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, CNPJ/MF n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília-DF, neste ato representada por sua Diretora-Geral, a Senhora **EVA MARIA FERREIRA BARROS**, brasileira, CPF/MF n. 188.490.083-68, Carteira de Identidade n. 666.351- SSP/DF, residente em Brasília - DF.

DETENTORA: **IPÊ PAPEIS EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF n. 26.221.498/0001-96, com sede na SHC/SW CLSW 101, bloco A, sala 155, Ed. Multicenter, Sudoeste, Brasília - DF, neste ato representada pela Titular-Administradora, a Senhora **LUCIANA LIMA GIESELER**, CPF/MF n. 001.337.231-94, Carteira de Identidade n. 2.507.967 - SSP/DF, residente em Brasília - DF.

As partes firmam, com fundamento Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de dezembro de 2015, no Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, em conformidade com as informações constantes do Processo n. CJF-ADM-2017/00239, a presente **Ata de Registro de Preços n. 02/2018 - CJF**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preço para eventual fornecimento de materiais gráficos: papéis, **(lote 04)**, conforme as especificações e quantitativos constantes do Anexo I – Termo de Referência e do Anexo II – Planilha de Preços, desta ata.

1.2. A existência de preço registrado não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquirir o objeto que dele poderá advir, sem que caiba direito de indenização à DETENTORA de qualquer espécie.

1.3. As disposições constantes no edital do Pregão Eletrônico n. 23/2017 e os atos subsequentes com ele relacionados integram esta ata para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços para o fornecimento dos materiais serão praticados pela DETENTORA conforme Anexo II – Planilha de Preços, desta ata.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

a) Será incluído, nesta ata, o registro das empresas que aceitarem cotar os materiais com preços iguais ao da empresa vencedora na sequência da classificação do certame;

b) O preço registrado com indicação das empresas será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços; e

c) A ordem de classificação das empresas registradas nesta ata deverá ser respeitada nas contratações.

3.2. O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada desta ata, nas hipóteses previstas nos artigos. 20 e 21, do Decreto n. 7.892/2013.

3.3. Serão registrados nesta ata de registro de preços, nesta ordem:

a) O valor e quantitativo da empresa mais bem classificada durante a etapa competitiva; e

b) O preço e quantitativo das empresas que tiverem aceitado cotar seus materiais em valor igual ao da empresa mais bem classificada.

3.4. Se houver mais de uma empresa na situação de que trata a alínea “b” acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1. A DETENTORA obriga-se ao cumprimento de todas as disposições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital e, ainda, a:

a) Assinar a ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;

b) Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar a presente ata;

c) Fornecer o material solicitado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na quantidade definida na Nota de Empenho, pelo preço registrado e nas condições contidas no Anexo I - Termo de Referência;

d) Assumir os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, cumprindo durante a validade desta ata todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

pertinentes e vigentes;

- e) Observar as condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência;
- f) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) Não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto desta ata sem prévia anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR;
- h) Manter durante todo o período de vigência desta ata as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR obriga-se ao cumprimento de todas as disposições constantes do Anexo I – Termo de Referência do edital e, a:

- a) Permitir à DETENTORA o acesso ao local da entrega dos materiais, desde que observadas as normas de segurança.
- b) Notificar a DETENTORA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.
- c) Exigir da DETENTORA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados nesta ata, no edital e anexos.
- d) Gerenciar esta ata, por meio de servidor designado, em observância ao art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- e) Cumprir as regras e condições expostas nesta ata, permitindo o fornecimento dos materiais de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a DETENTORA possa executar suas obrigações;
- f) Efetuar o pagamento à DETENTORA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- g) Aplicar as penalidades descritas nesta ata, em caso de inadimplemento das obrigações aqui expostas.

CLÁUSULA SEXTA – DA NOTA DE EMPENHO

6.1. Após a assinatura desta ata de registro de preços e autorizado o fornecimento será formalizada mediante recebimento/aceite da nota de empenho pela DETENTORA, nos termos do art. 62, §4º, da Lei n. 8.666/1993.

6.2. O prazo para o recebimento/aceite da nota de empenho, após regular convocação, será de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por uma vez, por igual



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

período, quando solicitado pela DETENTORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.3. Não obedecido o prazo mencionado no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará as empresas que se dispuseram a registrar seus valores, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei n. 10.520/2002, sujeitando a DETENTORA às penalidades previstas nesta ata.

6.4. Por ocasião da emissão da nota de empenho o ÓRGÃO GERENCIADOR realizará consulta com vistas a comprovar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução desta ata, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

7.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da DETENTORA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O recebimento e aceitação dos materiais obedecerão ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes termos:

a) Provisório: caso, por qualquer razão, não possa ser processado o recebimento definitivo no momento da entrega, o material será recebido provisoriamente, e, no prazo de 3 (três) dias úteis o gestor providenciará o recebimento definitivo;

b) Os materiais serão recebidos em dias úteis, no horário das 9h às 18h, e aceitos pelo gestor designado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

c) Os materiais deverão ser entregues na **Seção de Serviços Gráficos**, do Conselho da Justiça Federal, localizado no **SAAN, Quadra 01, Lotes 10/70, Brasília – DF.**, onde serão recebidos pelo Chefe da Seção de Serviços Gerais ou por outro servidor designado para este fim, e aceitos pelo gestor indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

d) Os materiais, no ato do recebimento e aceite, serão submetidos à conferência, a cargo do gestor indicado;

e) Quando da entrega dos materiais, estes deverão estar embalados adequadamente, quer na totalidade de remessa, quer em cada unidade.

f) O recebimento será considerado concluído mediante atesto da nota fiscal e elaboração do termo circunstanciado de recebimento.

8.2. O material será recusado na hipótese de apresentar irregularidades, não corresponder às especificações desta ata ou estar fora dos padrões determinados, devendo ser



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

substituído pela DETENTORA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta ata.

8.3. A DETENTORA é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o material.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado por ordem bancária, até o 10º dia útil, após o atesto firmado pela fiscalização e recebimento da correspondente nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, por meio de crédito em nome da DETENTORA, no banco indicado.

9.2. Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º da Lei n. 8.666/1993, parágrafo esse acrescido pela Lei n. 9.648/98, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas à Seção de Protocolo e Expedição do ÓRGÃO GERENCIADOR, pelo *e-mail*: protocolo@cjf.jus.br.

9.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR exigirá da DETENTORA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho.

9.5. O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

9.6. Encerrada a interrupção de que trata o item anterior, fica assegurado ao ÓRGÃO GERENCIADOR o prazo estipulado no item 9.1 para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da DETENTORA.

9.7. Caso a DETENTORA goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a DETENTORA ficará responsável por comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução da Ata.

9.8. A documentação mencionada no item 9.4, imprescindível para a efetivação do pagamento, deverá ser fornecida juntamente com a nota fiscal/fatura.

9.9. O ÓRGÃO GERENCIADOR, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a DETENTORA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.10. Em caso de eventual atraso de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor faturado será atualizado monetariamente



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

pelo percentual *pro rata temporis* do índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP/DI conhecido quando do faturamento, compreendido entre a data limite estipulado para pagamento e aquela em que se der o efetivo pagamento.

9.11. Nos termos do item acima serão corrigidos os valores devidos pela DETENTORA ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A DETENTORA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita, isolada ou cumulativamente, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais previsões legais:

11.2. **Advertência:** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido.

11.3. **Multa Moratória:** nas seguintes ocorrências:

a) De 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da nota de empenho na hipótese de atraso injustificado para entrega do material, até o máximo de 30 (trinta) dias;

b) De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parte inadimplida na hipótese de atraso injustificado para entrega ou substituição do material, até o máximo de 30 (trinta) dias.

11.4. **Multa Compensatória:** nas seguintes ocorrências:

a) De 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho quando superado o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido na alínea “a” item 11.3 desta Cláusula;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida quando superado o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido na alínea “b” do item 11.3 desta Cláusula;

c) De 10% (dez por cento) sobre o valor registrado em caso de cancelamento desta Ata cuja culpa seja exclusiva da DETENTORA ou considerada desistente.

11.5. **Impedimento de Licitar e Contratar** com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 combinado com o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

11.6. **Suspensão Temporária** do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do Inciso III, artigo 87 da Lei n. 8.666/93, conforme Acórdão n. 2242/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União, sem prejuízo das multas previstas neste contrato.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

11.7. **Declaração de Inidoneidade:** ser declarada inidônea, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

11.8. As multas previstas nos parágrafos 11.3 e 11.4 poderão cumular-se entre si, bem como com as penalidades dos parágrafos 11.2, 11.5 a 11.7.

11.9. Nos termos do §3º do art. 86 e do §1º do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou ser recolhida ao Tesouro por GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

11.10. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será feita mediante procedimento administrativo específico. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará à DETENTORA sua intenção de aplicação da penalidade, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação.

11.11. Decidida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação de sanção, fica assegurado à DETENTORA o uso dos recursos previstos em lei.

11.12. Após assinatura desta ata, em caso de inadimplência, a DETENTORA sujeitar-se-á às penalidades nela previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A DETENTORA terá seu registro cancelado quando:

12.1.1. Ocorrer uma ou mais hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

12.1.2. Ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78 e seus incisos da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante assinatura desta ata de registro de preços.

13.2. O registro de preços será obrigatoriamente utilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, salvo quando a contratação se revelar antieconômica ou quando houver necessidade específica de outra forma de aquisição, devidamente justificada, hipótese, esta, em que será assegurada à DETENTORA a preferência, em igualdade de condições, nos termos do art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.

13.3. Nos termos do §1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013 é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

13.4. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL


ÓRGÃO GERENCIADOR e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme definido no §4º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. O Foro Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal é competente para dirimir qualquer dúvida oriunda desta ata de registro de preços, com renúncia expressa a qualquer outro que as partes tenham ou venham a ter, por privilegiado ou especial que seja.

Brasília - DF, 25 de janeiro de 2018


EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora-Geral do Conselho da Justiça Federal


LUCIANA LIMA GIESELER
Titular-Administradora da empresa
Ipê Papéis EIRELI EPP



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2018 - C/JF

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - DEFINIÇÃO:

Fornecimento de materiais gráficos - papéis, tintas, produtos químicos e outros, conforme as especificações e os quantitativos constantes do Anexo II.

2 - JUSTIFICATIVAS

2.1 - A contratação pretendida tem como objetivo atender as solicitações de impressos encaminhadas pelas Secretarias do Conselho da Justiça Federal, e quando devidamente autorizado pela autoridade competente, solicitações do *Superior Tribunal de Justiça*, por força do Acordo de Cooperação Técnico-Institucional n. 005/2013 – C/JF, cujo objeto consiste no desenvolvimento de ações com vistas à realização de serviços gráficos de interesse do STJ; do *Supremo Tribunal Federal*, por força do Termo de Execução Descentralizada n. 001/2016 – C/JF, cujo objeto consiste no desenvolvimento de ações com vistas à realização de serviços gráficos de interesse do STF; do *Conselho Nacional de Justiça*, por força do Termo de Execução Descentralizada n. 002/2016 – C/JF, cujo objeto consiste no desenvolvimento de ações com vistas à realização de serviços gráficos de interesse do CNJ; do *Tribunal Superior do Trabalho*, mediante Termo de Execução Descentralizada n. 002/2014 – C/JF, com o objetivo de conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento de ações com vista à realização de serviços gráficos relativos aos materiais educativos dos Programas Institucionais do TST, do *Tribunal Superior Eleitoral*, por força do Termo de Execução Descentralizada n. 004/2016 – C/JF, cujo objeto consiste no desenvolvimento de ações com vistas à realização de serviços gráficos de interesse do TSE; e de outras Instituições Públicas, quando devidamente autorizado pela autoridade competente..

2.2 - A previsão de consumo dos materiais a serem adquiridos é para um período de *doze* meses, levando-se em consideração que o Ajuste poderá ser firmado por meio de *Ata de Registro de Preços*.

2.3 - A aquisição supra, faz-se necessária, tendo em vista que as Atas de Registro de Preços n.ºs. 06, 07, 08 e 09/2016 – C/JF, celebradas entre o Conselho da Justiça Federal e as empresas EK More Papéis - EPP; Melo & Pinheiro Ltda; Siggraf Materiais e Serviços Ltda e Carlos Augusto F. dos Santos – EPP, respectivamente, contemplando o objeto ora proposto, estão parcialmente executadas e cujos prazos de vigência serão expirados em 25 de dezembro de 2017.

2.4 - É oportuno ressaltar, a necessidade de indicação de uma referência de marca dos produtos especificados no Lote 05 - chapa positiva para impressora “Offset” SM-74, *Marca AGFA, ou de melhor qualidade*; revelador positivo para chapa gráfica, *Marca AGFA, ou de melhor qualidade*; goma antioxidante, *Marca AGFA, ou de melhor qualidade*; e Limpador de chapas gráficas, *Marca AGFA, ou de melhor qualidade* e Lote 06- tinta gráfica para impressão policromática em papéis “Offset” e Couchê, *Marca Cromos Linha Westerprint, ou de melhor qualidade*.

2.5 - A indicação das marcas de referência tem como objetivo possibilitar a compatibilidade com os materiais que já se encontram em estoque no C/JF, possibilitando assim uma continuidade na utilização de marcas já testadas e aprovadas pela Seção de Serviços Gráficos, o que resulta em serviços de melhor qualidade e produtividade, reduzindo desperdícios.

2.6 - No caso dos produtos - chapa positiva para impressora “Offset” SM-74, marca de referência *AGFA, ou de melhor qualidade*; revelador positivo para chapa gráfica marca de referência *AGFA, ou de melhor qualidade*; goma antioxidante, marca de referência *AGFA, ou de melhor qualidade*; e limpador de chapas gráficas, marca de referência *AGFA, ou de melhor qualidade* – a indicação da marca de referência das chapas - matriz para impressão - determina a conveniência da aquisição de materiais químicos para o processamento que seja da mesma marca da chapa, conforme recomendação dos fabricantes, que desenvolvem produtos químicos específicos e adequados para as superfícies de suas chapas, restando outras marcas incompatíveis.

2.6.1 - A indicação da chapa, revelador, goma antioxidante e limpador de chapas da marca de referência *AGFA ou de melhor qualidade*, deu-se por ser a que melhor se adaptou ao processamento manual e à recepção de imagens na superfície transferida, além do que, submetida a processo de impressão, foi a que possibilitou maior tiragem e



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

a que menos apresentou problemas no decorrer do serviço, resistindo há mais tempo sem limpezas e sem as inconvenientes - “velaturas” - decorrentes de oxidação ou má repelência de tinta nas áreas sem imagens, de sorte que o binômio custo benefício fica demonstrado, trazendo assim, economia para a Administração.

2.7 - No que se refere a tintas para impressão, marca de referência *Cromos Linha Westerprint, ou de melhor qualidade*, nas cores amarela, azul, magenta e preta, tratam-se de cores básicas destinadas a serviços em policromia, para as quais não deve haver mistura de marcas durante o processo de impressão, dada a composição química própria de cada fabricante.

2.7.1 - Observando o processo de impressão adotado pela Seção de Serviços Gráficos a escolha das características das tintas recaiu sobre a marca de referência *Cromos, ou de melhor qualidade*, por ser esse o produto que mais correspondeu em termos de qualidade e rentabilidade, permitindo reproduções em diversas circunstâncias sem utilização de aditivos, ou com esses em pequenas quantidades, proporcionando também secagem mais rápida e excelente equilíbrio durante longas tiragens entre o sistema de umedecimento e de entintagem, evitando o acúmulo de tintas na rolagem. Assim, vale repetir, que a adoção dessa marca de referência tem gerado economia para a Administração.

2.8 - A indicação das marcas, mediante a utilização de expressão “*Marca Tal, ou melhor qualidade*”, consta do Parecer da lavra da Assessoria Técnico-Jurídica, acostado aos autos de Processo Administrativo 2011161475, juntado ao Processo CF-ADM-2012/00110, cujo objeto cuida da aquisição de materiais gráficos para o exercício de 2012.

3 – DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

3.1 - Com o objetivo de adequar as Normas de Responsabilidade Socioambiental, conforme previsto na Resolução nº 201 do Conselho Nacional de Justiça, fica estabelecido que para os itens do certame enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado, em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 e Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013 e normas correlatas.

3.2 - A apresentação do referido Certificado, poderá ser dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo

3.3 - Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO / TIPO DE LICITAÇÃO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 - Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

4.2 - Tipo de licitação:

4.3 - Critério de julgamento: O critério para definir a empresa vencedora pelo menor preço por lote é, buscar maior praticidade na gestão dos serviços, bem como evitar um grande número de possíveis contratos com valores reduzidos, o que poderá gerar despesas administrativas superiores ao valor dos contratos.

5 – DO REGISTRO DE PREÇO

5.1 - A previsão de consumo dos materiais a serem adquiridos é para um período de *doze* meses, levando-se em consideração que o Ajuste poderá ser firmado por meio de *Ata de Registro de Preços*.

6 – QUANTIDADE ESTIMADA

6.1 - As quantidades dos materiais gráficos - papéis, tintas, produtos químicos e outros, previsto neste Termo de Referência foram definidas em função do consumo nos últimos 12 meses e da previsão de demandas futuras por material gráfico. Assim levando-se em consideração que se trata de registro de preços para possíveis demandas de serviços gráficos, foram ajustados os quantitativos prevendo assim o atendimento dos pedidos por impressos diversos formulados pelas unidades internas do Conselho da Justiça Federal e do STJ, STF, CNJ, TST e TSE, por força dos Termos de Execução Descentralizada.

7 – VALOR ESTIMADO



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

7.1 - Conforme pesquisa de mercado consultando empresas do ramo de fornecimento de materiais e insumos gráficos, o valor estimado para a o Registro de Preços, atinente a um período de doze meses, é de R\$ xxx, (xxxxxxx).

7.2 - As partes ajustam que os preços a serem cobrados pelos produtos efetivamente fornecidos serão fixos, irredutíveis e de acordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora do certame.

8 – CONDIÇÕES/PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

8.1 - Os produtos deverão ser entregues antes de decorridos 1/3 (um terço) do seu prazo de validade, devendo conter o nome do fabricante, a data de fabricação e de vencimento, expostos visivelmente ou de forma padronizada, na embalagem do mesmo, *não podendo conter rasuras ou adesivo sobreposto no rótulo.*

9 – AMOSTRAS DOS MATERIAIS

9.1 - Momento de apresentação:

9.1.1 - Serão solicitadas amostras dos produtos que a área técnica entender conveniente, quando os produtos não forem apresentados no padrão de qualidade das marcas indicadas como referência ou de outras marcas já testadas na Seção de Serviços gráficos, as quais deverão ser apresentadas em até *cinco* dias úteis contados da solicitação, sob pena de desclassificação do lote.

9.1.2 - As amostras deverão ser entregues em suas embalagens originais e lacradas para serem avaliadas pela Unidade requisitante.

9.2 - Critérios objetivos de análise:

9.2.1 - Apresentadas às amostras, será exigida das empresas participantes do certame, uma demonstração do produto no que diz respeito às suas propriedades funcionais, rendimento e economicidade, onde serão analisados os seguintes resultados:

Para os produtos Químicos, pastas, Pó antimaculador, colas, etc: Será avaliado durante o processo de testes na impressão se o produto apresentou desempenho esperado, não prejudicando a qualidade da impressão, evitando velaturas na impressão, abertura/dilatação no papel e limpeza total dos rolos após a retirada das tintas da rolaria da máquina.

Para os Papeis: Será avaliado durante o processo de testes na impressão se o papel (couche, AP, Telado, etc.) não apresentou manchas no impresso depois de pronto, se durante o processo de impressão em policromia houve abertura/dilatação no papel, causando impressão com imagem duplicado-tremida.

Para as Tintas nas cores Amarelo, Magenta, Azul e Preto Senegal: Será avaliado durante o processo de testes na impressão em 01 cor e impressão em policromia (4 cores), o tempo de secagem da impressão nos papeis (couche, AP, Telado, etc.), devendo apresentar uma secagem moderada para rápida, ou seja o impresso poderá ser manipulado para iniciar o processo de acabamento sem apresentar decalques no verso da impressão.

9.2.2 – Serão realizados testes práticos de aplicação e funcionalidade, testando a impressão P/B ou policromia em papeis de diversas gramaturas, utilizando os equipamentos de impressão Offset SM 74 e QM 46, e demais equipamentos disponíveis na Seção de Serviços Gráficos, os quais serão realizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento das amostras na Seção de Serviços Gráficos.

9.2.3 – É facultado aos licitantes participar dos procedimentos de testes das amostras apresentadas, os quais serão realizados nas dependências da Seção de Serviços Gráficos, sito no SAAN, Quadra 01, Lotes 10/70, Brasília – DF, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 15h00 horas.

9.2.4 – Caso haja interesse dos licitantes em participar dos testes das amostras, estes deverão fazer a comunicação de pretensão por e-mail ou no ato da entrega da(s) amostra(s).

9.2.5 – O não comparecimento dos licitantes para o acompanhamento dos testes das amostras, não impede a realização dos mesmos pela Seção de Serviços Gráficos do Conselho da Justiça Federal e não desclassifica a licitante, ficando está, desde logo, responsável pelos ônus advindos de sua ausência.

9.2.6 – As amostras rejeitadas deverão ser retiradas em até *dez* dias úteis após homologação do processo licitatório, sob pena de perda das mesmas.



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

9.2.7 – As amostras da(s) empresa(s) vencedora(s), só deverão ser retiradas após a primeira entrega dos produtos correspondentes, a fim de confrontá-los e verificar se esses apresentam as mesmas propriedades funcionais das amostras.

10 – ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO / PRAZO DE ENTREGA

10.1 – A contratação de empresas para fornecimento de materiais e produtos gráficos, a que se refere o presente Termo de Referência, obedecerá aos dispositivos legais pertinentes e em especial aos estabelecidos na Lei n. 8.666/1993.

10.1.1 – Os materiais e produtos gráficos a serem fornecidos pelas empresas deverão obedecer às especificações contidas no Anexo Único ao presente Instrumento.

10.1.2 – Os materiais e produtos a serem fornecidos deverão estar em perfeito estado de conservação, não apresentando defeitos ou danos na embalagem.

10.1.3 – O transporte de todos os materiais e produtos será de inteira responsabilidade da Empresa.

10.2 – PRAZOS DE ENTREGA:

10.2.1 – Deverão as empresas providenciar a entrega dos materiais e produtos de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 e de 13h00 às 18h00 horas, obedecendo ao prazo máximo de *quinze* dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho/Pedido de Fornecimento.

10.2.2 – Os materiais e produtos contratados deverão ser entregues na Seção de Serviços Gráficos, do Conselho da Justiça Federal, sito no SAAN, Quadra 01, Lotes 10/70, Brasília – DF, onde serão recebidos pelo Chefe da Seção de Almoxarifado ou por outro servidor designado para este fim, e aceitos pelo Gestor indicado pelo Conselho da Justiça Federal.

10.3 – DEMAIS CONDIÇÕES:

10.3.1 – As empresas deverão observar o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação, para reposição de materiais e/ou produtos defeituosos ou que estejam fora das especificações exigidas, ou que forem rejeitados, quando da conferência.

10.3.2 – Os materiais, no ato do recebimento, serão submetidos a uma conferência minuciosa, a cargo do Gestor indicado pelo Conselho da Justiça Federal.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento pelo fornecimento dos produtos gráficos será efetuado no prazo máximo de *dez* dias úteis após o atesto do recebimento dos materiais, que se dará por meio do Termo Circunstanciado da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor do Ajuste, no prazo de 5 dias úteis após a entrega do material.

12 – DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

12.1 - RESPONSABILIDADES DO CJF:

12.1.1 - Colocar à disposição da Empresa todas as informações necessárias ao fornecimento dos produtos.

12.1.2 - Assegurar o acesso dos empregados da Empresa, quando devidamente identificados, aos locais em que devam efetuar a entrega dos materiais.

12.1.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado;

12.1.4 - Solicitar a reparação do objeto do contrato, que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito;

12.1.5 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato;

12.1.6 - Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

12.2 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

12.2.1 - Além das demais obrigações expressamente previstas na Ata de Registro de Preços e de outras decorrentes da natureza do Ajuste, deverá a Empresa:



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- a) Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e/ou outros bens de propriedade do Conselho da Justiça Federal, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, quando da execução do objeto contratado;
- b) Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências do Conselho da Justiça Federal, aos regulamentos de segurança e de disciplina por este instituído;
- c) - Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, assim como efetuar a troca dos que porventura apresentem algum tipo de irregularidade, nos termos e prazos estabelecidos neste termo de referência;
- d) - Cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;
- e) - Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- f) - Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração;
- g) - A contratada deve responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CJF;
- h) Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 - O responsável pelo acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços oriundas deste Termo de Referência ficará a Cargo do servidor designado pelo Conselho da Justiça Federal, que atuará orientando, fiscalizando e intervindo no interesse da Administração, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes.

13.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, referente à qualidade dos materiais e produtos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 - ATRIBUIÇÕES:

- a) Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
- b) Anotar em documento próprio as ocorrências;
- c) Determinar a correção de faltas ou defeitos;
- d) Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas, e;
- e) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

14 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / RESCISÃO CONTRATUAL

14 - MULTA

14.1 - O atraso injustificado no cumprimento do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da prestação inadimplida, a título de multa de mora;

14.2 - O atraso injustificado no cumprimento dos demais prazos estipulados, sujeitará a CONTRATADA à multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento), sobre o valor da prestação inadimplida, a título de multa de mora;

14.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Suspensão temporária;
- d) Declaração de Inidoneidade.

14.4 - Impedimento de Licitar, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002;



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

14.5 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão, conforme previsto no Contrato e nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/1993, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados ao CONTRATANTE.

14.6 - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao Contratante, recolhido mediante GRU, ou, ainda, cobrado judicialmente, a critério do Contratante.

14.7 - A critério da autoridade competente, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais, mediante comprovação, e desde que formuladas por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data em que for oficiada a pretensão no sentido da aplicação da pena.

14.8 - O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

15 – LEGISLAÇÃO BÁSICA APLICÁVEL

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005;

16 – ANEXOS

Seguem anexos a este Termo de Referência.

- a) Anexo I – Planilha de Preços



PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2018 - CJF

ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS

| LOTE 4 - PAPEL 4 | | | | | |
|---------------------|---|-------|-------------------|-------------|----------------------|
| Item | Descrição | Und | Quant. Registrada | Unitário | Total |
| 20 | Papel Cartão Supremo Duo Design para impressão offset com alta brancura 250g/m ² 66x96cm, com fibra no sentido 960mm e embalagem com no máximo 150 folhas. | Resma | 20 | R\$ 622,68 | R\$ 12.453,60 |
| 21 | Papel Cartão Supremo Duo Design para impressão offset com alta brancura 300g/m ² 66x96cm, com fibra no sentido 960mm e embalagem com no máximo 125 folhas. | Resma | 15 | R\$ 737,97 | R\$ 11.069,55 |
| 22 | Papel Cartão TP Premium para impressão offset com alta brancura 350g/m ² 66x96cm, com fibra no sentido 960mm e embalagem com no máximo 100 folhas. | Resma | 15 | R\$1.107,38 | R\$ 16.610,70 |
| 23 | Papel Adesivo brilho, para impressão offset com alta brancura e baixa porosidade 170g/m ² 66x96cm, com fibra no sentido 960 mm e embalagem com 100 folhas. <i>Marca de referência FASSON, ou de melhor qualidade .</i> | Resma | 80 | R\$1.179,93 | R\$ 94.394,40 |
| 24 | Papel Kraft natural folha plana 80g/m ² 66x96cm. <i>Marca de referência KLABIN, ou de melhor qualidade .</i> | Resma | 10 | R\$ 152,00 | R\$ 1.520,00 |
| 25 | Cartolina com baixa porosidade 240g/m ² 55x73cm, com fibra no sentido 730mm – <i>Cores variadas.</i> | Resma | 5 | R\$ 496,26 | R\$ 2.481,30 |
| Total da Ata | | | | | R\$138.529,55 |